



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

CRIANÇAS “DE COR” A BORDO DE UM “VIVEIRO”¹ NA PROVÍNCIA DO PARÁ

NIÑOS “DE COLOR” A BORDO DE UN “VIVERO” EN LA PROVINCIA DE PARÁ

“COLORED” CHILDREN ABOARD A “LABORATORY” IN PARÁ PROVINCE

Iza Andrielle Batista Duarte Madeira
Universidade Federal do Pará
iza_abduarte@hotmail.com

Alberto Damasceno
Universidade Federal do Pará
Albertofdamasceno59@gmail.com

Resumo: Este artigo está inserido no campo da História da Educação, abordando a temática da escolarização das crianças “de cor” no Pará e inserindo-se no eixo da História das Instituições Educativas. O estudo possui como objetivo geral analisar a formação de crianças “de cor” como aprendizes marinheiros na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará (CAMPa) entre 1870 e 1877, identificando o perfil coletivo desses aprendizes. Para tanto, realizamos pesquisa histórico-documental por meio de fontes históricas localizadas no Arquivo Público do Estado do Pará, no Arquivo da Marinha, no Arquivo Nacional e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Estas fontes foram tratadas pelo método indiciário de Ginzburg, e pela prosopografia de Stone, que permitiu lidar com a formação educativa dos aprendizes marinheiros e o seu perfil coletivo na CAMPa. Constatamos que, além de formar e instruir as crianças “de cor”, a CAMPa se constituiu como instituição de “correção” de indivíduos “indisciplinados” e como palco de resistências dos aprendizes marinheiros.

Palavras-chave: História da Educação. Crianças “de cor”. Companhia de Aprendizes Marinheiros.

Resumen: Este artículo se inserta en el campo de la Historia de la Educación, abordando el tema de la escolarización de los niños “de color” en Pará y encuadrándose en el eje de la Historia de las Instituciones Educativas. El estudio tiene como objetivo general analizar la educación de los niños “de color” como aprendices de marinero en la Escuela Naval del Estado de Pará (CAMPa) entre 1870 y 1877, identificando el perfil colectivo de los aprendices. Así realizamos una investigación histórica y documental a partir de fuentes históricas encontradas en el Archivo Público del Estado de Pará, el Archivo de la Marina, el Archivo Nacional y la Hemeroteca Digital de Brasil. Esas fuentes fueron tratadas a través del método indiciario de Ginzburg, y del método de prosopografía de Stone, que permitió reflexionar sobre la formación de los aprendices y su perfil colectivo en CAMPa. Como resultados, verificamos que, además de educar e instruir a niños “de color”, CAMPa fue tanto una organización para corregir a aquellos individuos considerados “indisciplinados”, como un escenario de resistencia para los aprendices de marineros.

Palabras clave: Historia de la educación. Niños “de color”. Escuela Naval del Estado de Pará.

Abstract: This article is inserted in the field of History of Education, addressing the theme of the schooling of “colored” children in Pará and falling within the axis of the History of Educational Institutions. The study has as its general objective to analyze the education offered to “colored” children as seaman apprentices at the Pará State School of Seamanship (CAMPa) between 1870 and 1877, also identifying the apprentices’ collective profile. Then we carried out a historical and document-based research through historical sources found at the Pará State

¹ O termo “viveiro” utilizado denota a visão de que as companhias de aprendizes marinheiros eram espaços de formação e instrução de crianças tornando-as aprendizes, posteriormente “homens do mar”.



Public Archive, the Navy Archive, the National Archive, and on the Brazilian Digital Library. Those sources were seen through the Ginzburg's indiciary method lenses, and through Stone's prosopography method, which allowed for reflecting upon the apprentices' training, and their collective profile at CAMPA. As results, we found that CAMPA not only had trained and instructed "colored" children, it also had been an organization for correcting those individuals deemed "undisciplined", as well as a stage for seaman apprentices to resist.

Keywords: Education history. "Colored" children. Pará State School of Seamanship.

Introdução

Ao longo do século XIX, foram criadas 18 companhias de aprendizes marinheiros entre os anos de 1840 e 1875², a maioria localizada na região litorânea do país. Estas seriam um meio para o desenvolvimento da Marinha e a prosperidade das províncias (LIMA, 2016) devido à grande quantidade de crianças desvalidas para compor as guarnições dos navios de guerra (LIMA, 2016). Em tese, isso resolveria problemas sociais e econômicos, principalmente, significaria um fomento à instrução primária, com a oferta de educação profissionalizante para formação de cidadãos úteis e "produtivos".

A finalidade da companhia de aprendizes marinheiros era a preparação de futuros marinheiros para a Armada Imperial na condição de grumetes³ ou para a marinhagem⁴, o que propiciou a criação da primeira destas companhias a partir do Decreto n. 14, de 27 de agosto de 1840, na Corte, no Rio de Janeiro. Após 15 anos, implantou-se a segunda Companhia, criada em 1855, na Província do Grão-Pará, pelo Decreto n. 1.517, que também instituiu o Regulamento para sua organização, comando e administração da instituição (BRASIL, 1855).

A Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará (CAMPA) foi constituída para o atendimento de crianças órfãs e desvalidas⁵, formação de futuros marinheiros, além da oferta do ensino por meio da escolarização de meninos como sujeitos-alvo da ação educativa (GONDRA; SCHUELER, 2008). Nesta linha de raciocínio, este artigo está inserido no campo da História da Educação, abordando a temática da escolarização das

² Relação das Companhias distribuídas nas províncias (SANTOS, 2022): Rio de Janeiro (1840); Pará e Bahia (1855); Mato Grosso, Pernambuco e Santa Catarina (1857); Maranhão e Rio Grande do Sul (1861); Espírito Santo (1862); Paraná e Ceará (1864); Sergipe e Santos (1868); Paraíba do Norte e Amazonas (1871); Rio Grande do Norte (1872); Piauí (1873); e Alagoas (1875).

³ Termo originário da marinha portuguesa que se destinava aos adolescentes com idade que variava entre nove e dezesseis anos, com a posição mais baixa da hierarquia. "Embora adolescentes, eles realizavam a bordo todas as tarefas de um adulto, recebiam soldo menor do que de um marujo na mais baixa posição" (BRASIL, [20--]).

⁴ O termo proveniente da Marinha portuguesa referia-se àquele que realizava desde funções comuns no navio até outras atividades que pudessem ser desenvolvidas sem um determinado conhecimento técnico de navegação (CASTRO, 2013, p. 55-59).

⁵ Termo designado para crianças órfãs no período Imperial brasileiro.



crianças “de cor”⁶ no Pará e inserindo-se no eixo da História das Instituições Educativas (MAGALHÃES, 2004). Nosso objetivo foi analisar a formação de crianças “de cor” como aprendizes marinheiros ao serem recrutadas e inseridas na CAMPA entre 1870 e 1877, período recheado de eventos significativos, como o fim da Guerra do Paraguai (1865-1870) e a sanção da Lei nº 2.040/1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, que provocou debates sobre a destinação e instrução de crianças e jovens excluídos e marginalizados em todo país.

Hebe Castro enfatiza que a história social pode engajar-se na formulação de problemas específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais até então excluídos, contribuindo para o desenvolvimento de estudos sobre a história da escolarização de negros e negras. Conforme afirma a autora, “grupos sociais e os processos determinantes e resultantes de suas relações também estão no cerne desses problemas, neste caso com uma ênfase ainda mais explícita no estudo dos comportamentos e da dinâmica social” (CASTRO, 1997, p. 81). A história social prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação de indivíduos e de identidades coletivas; uma postura afim a esse olhar nos leva aqui a tratar do grupo de crianças “de cor” inseridas na CAMPA, foco do nosso estudo.

Os estudos relativos às Companhias de Aprendizes Marinheiros relacionam o processo de educação e a história da instituição educativa à criação da primeira Companhia no Rio de Janeiro e ao recrutamento das crianças (SANTOS, 2016, 2022; SILVA, 2020), abordando as práticas educativas e a formação dos aprendizes marinheiros no seu interior em Piauí e Sergipe (LIMA, 2016; SILVA, 2017), bem como a “militarização infantil” no Maranhão como meio de controle social (FREIRE, 2014), entre outros estudos na mesma perspectiva.

O levantamento bibliográfico evidenciou uma tradição de contribuições em torno da história da implementação das Companhias de Aprendizes Marinheiros, ao passo que poucas obras tratam dos sujeitos da ação educativa em relação ao processo formativo ou prática educativa. Portanto, é a partir desta chave de entendimento que o presente texto se distingue, por adotar como particularidade a narrativa relacionada ao público-alvo da Instituição, os meninos “de cor” na condição de aprendizes marinheiros.

Para viabilizar nosso estudo, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental. Os arquivos oficiais representaram o cerne do trabalho historiográfico, a depender da especificidade do objeto e/ou dos problemas históricos a serem examinados. Por isso,

⁶ A noção de “cor” vai além da pigmentação ou mestiçagem, pois é a definição de um lugar social, de modo que “era um signo de cidadania na sociedade Imperial” (CASTRO, 2013, p. 21).



as fontes históricas contempladas neste escrito são oriundas de diferentes instituições localizadas nos estados do Pará e do Rio de Janeiro. No Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), consultamos o acervo na Área Guerra, Fundo Arsenal da Marinha; na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital. Nesta última, além de inúmeros documentos históricos oficiais do governo e legislações, foi possível encontrar e acessar os periódicos da época que contavam com notícias sobre a CAMPA. No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo da Marinha (AM) – este último constituindo a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documental da Marinha (DPHDM) –, localizamos filmes dos livros de registros de militares, isto é, os Livros de Socorros⁷ da CAMPA.

Tais fontes históricas constituíram-se como importante instrumento para o exame das ações dos governantes no processo de criação e manutenção da CAMPA em relação ao processo formativo das crianças desvalidas. A esse respeito, é importante ressaltar que estas passam a ser fonte histórica como discursos a serem analisados e compreendidos (BARROS, 2020). Além disso, embora as fontes de origem estatal acentuem a atuação dos sujeitos da ação educativa, valemo-nos das contribuições de Walter Benjamin, para quem era decisivo o ato de “escovar a história contrapelo”, concepção dialética da história que se baseia em “escrever uma história que valorize as lutas das classes historicamente postas em posição subalterna” (BEMVINDO, 2020, p. 30). Em outras palavras, partimos da história e documentação da elite dominante para evidenciar a narrativa de sujeitos esquecidos, tornando-os visíveis em suas histórias que, por vezes, foram negligenciadas e precisam ser iluminadas para trazer à tona as diversas relações nelas presentes, principalmente em decorrência do manuseio de documentos oficiais, ao buscar os pormenores da identificação dos sujeitos “vencidos” na narrativa tradicional.

Após a coleta das evidências nas fontes, as mesmas foram transcritas, catalogadas e submetidas à análise dos “indícios mínimos [...] assumidos como elementos reveladores de fenômenos mais gerais” (GINZBURG, 1989, p. 178), o que nos permitiu encontrar os meninos “de cor” – sujeitos e objeto desta pesquisa –, a fim de compreendermos suas trajetórias por meio da instrução que era ofertada. Com base nas afirmações de Carlo Ginzburg, a historiadora e o historiador são comparados aos médicos ao olharem os sintomas do paciente para traçar o perfil da doença, do mesmo modo que “o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural” (1989, p. 157), algo que, por meio da análise dos indícios nas fontes históricas, permite articular algumas ligações de rastros de perfil coletivo e das trajetórias formativas.

⁷ Cadernetas de registros eram livros que resumiam os registros históricos, aspectos físicos e de filiação dos aprendizes-marinheiros, além de notas sobre receitas, despesas e viagens.



Também utilizamos as bases do método prosopografia de Lawrence Stone (2011), o qual nos possibilitou traçar um perfil coletivo das crianças “de cor” inseridas na CAMPA no referido período estudado. É considerada prosopografia ou biografia coletiva aquela “investigação das características comuns de um grupo de atores da história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em [...] investigar um conjunto de questões uniformes” (STONE, 2011, p. 115).

Com base nas questões de investigações na construção da biografia coletiva do grupo de aprendizes marinheiros do Pará, elencamos o quesito cor da pele das crianças recrutadas, faixa etária, filiação e família, origem geográfica e suas vicissitudes da vida na instituição. Stone afirma que os “vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas” (STONE, 2011, p. 116). Em nosso estudo, esse processo se deu com o intuito de relacionar as suas experiências formativas na CAMPA com outras formas, sejam comportamentais ou de ação, especialmente como resistência as formas de opressão.

Desse modo, priorizamos fontes referentes ao registro de 118 meninos “de cor” na CAMPA, no período de 1870 a 1877, considerando como fundamental a análise de sujeitos “de cor”. Em meio a elas, vemos que há expressividade em relação ao processo educativo no interior do espaço militar na província do Pará.

Um “viveiro” de formação e instrução dos aprendizes marinheiros

As Companhias de Aprendizes-Marinheiros devem ser o viveiro do Corpo de Imperiais Marinheiros [...] Os moços de 10 a 25 anos são os recrutas mais próprios para aquele destino; devendo os que tiverem menos de 18 anos assentar praça nas Companhias de Aprendizes, e os dessa idade ou maiores entrar como grumete nas Companhias de 1ª instrução. Não se carece que tais recrutas sejam de profissão marítima, porquanto é no Corpo que eles se devem educar e a bordo dos navios de guerra que se devem formar homens do mar. Essa asserção é confirmada pela experiência. Os melhores marinheiros e artilheiros da nossa Armada têm sido indivíduos que entraram para o Corpo ainda menores, e começaram o seu tirocínio como praça de Aprendizes-Marinheiros [...] (BRASIL, 1853, p. 11-12, grifo nosso).

Em 1853, ao relatar sua concepção a respeito da criação das Companhias de Aprendizes Marinheiros, José Maria da Silva Paranhos⁸, ministro da Marinha, deixou evidente a finalidade da instalação destas instituições como “viveiro”. O termo advém de

⁸ José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, nasceu na Bahia em 1819. Em 1836, iniciou seus estudos no Rio de Janeiro. A partir de 1843, iniciou carreira de professor na Academia dos Guardas-Marinhas e, em 1845, também na Escola Militar, onde alcançou o cargo de diretor (1875). Em 1853, ingressou o Partido Conservador e exerceu o cargo de ministro da Marinha (1853-1857).



uma “concepção de laboratórios, de criadouros de marinheiros morigerados e verdadeiros ‘homens do mar’, por isso, nada como começar a produzir esse espécime marítimo para o futuro desde a mais tenra idade” (LINS, 2012, p. 24), onde seria ofertada uma educação militar a “menores”, tendo em vista a formação de “homens do mar”, dentre os quais os melhores seriam recrutados em um segundo momento para o Corpo de Imperiais Marinheiros da Corte.

Segundo Santos (2022, p. 43), Joaquim José Rodrigues Torres⁹, na secretaria da Marinha, idealizou uma proposta que contribuiria com o processo de inserção dos recrutas para Armada, cuja “concepção de educação estava imersa numa ideia de civilização e ordem, cuja educação de todas as classes seria parte desse processo”. Isso, porque Torres já havia explicitado a preocupação com a qualidade de formação de marujos em Relatório do Ministro da Marinha em 1834, sugerindo mediar uma boa preparação dos que “servem a bordo das embarcações de guerra, já fazendo engajar rapazes entre 12 e 16 anos, que possam ali dedicar-se à vida do mar, já, enfim, criando, para dar-lhe a instrução primária, uma escola a bordo de cada navio” (BRASIL, 1834, s.p.).

As companhias de aprendizes marinheiros tinham como premissa a formação de militares de baixa patente para os ofícios nos navios de guerra da Marinha, razão pela qual a Marinha do Brasil conciliou os interesses de recrutamento de crianças e jovens para o desenvolvimento das práticas da Armada, ao mesmo tempo em que propiciou a proposta do projeto de Estado, no qual a educação era o mecanismo de difusão da civilização. Esta dinâmica era uma das diretrizes já estabelecidas como mecanismos de recrutamento (SANTOS, 2016). A esse respeito, Paranhos defendia que

[...] tais recrutas [fossem] tirados das *províncias marítimas* [...] A repugnância, tão natural nos pais, a separarem-se de seus filhos, para entrega-los em tenra idade ao cuidado estranho e à educação militar, talvez fosse assim vencida. E mais se pode esperar desta medida, indo ela acompanhada do incentivo de um maior prêmio. [...] As *províncias de Santa Catarina, Espírito Santo e Pará* são as que se designam como especialmente próprias para fornecer recrutas a Marinha (BRASIL, 1853, p. 12, grifo nosso).

Como percebemos, o alvo deste projeto eram as províncias litorâneas, principalmente as que enfrentavam problemas sociais e econômicos. Caso pais, mães, tutores e responsáveis fossem resistentes ao processo de recrutamento, o Estado disponibilizaria o

⁹ José Maria da Silva Paranhos, visconde de Itaboraí (1802-1872), era natural da província do Rio de Janeiro, sendo matemático e jornalista. Assumiu a Secretaria da Marinha (1831-1832) e diversos outros cargos. Em 1837, ingressou no Partido Conservador, tornando-se um importante líder, ao lado de Eusébio de Queiroz e Paulino José Soares de Sousa, nomeados como a “trindade saquarema”.



incentivo fornecido em forma de pagamento, em prêmio, por cada criança destinada às companhias para a obtenção da educação militar. No que se refere ao recrutamento dos menores nas companhias de aprendizes, este processo ocorria de diversas maneiras, desde o alistamento voluntário pelas famílias até o recrutamento compulsório realizado pelas autoridades competentes.

Em 1855, foi instalada a segunda Companhia, na província do Pará. Os motivos que fomentaram a instalação desta se devem ao fato de a administração naval afirmar sua presença e força nas províncias do Império durante a segunda metade do século XIX, em especial na defesa contra ameaças internas, como a revolta da Cabanagem¹⁰ (1835-1840), e externas, no caso da Guerra do Paraguai (1865-1870). Em ambas as situações, sucederam-se perdas numerosas, ao passo que, nesta última, ocorreu o alistamento de escravizados e presos para suprimento das forças da armada em batalha (MOREIRA, 2019).

A CAMPA se caracterizava como uma instituição de regime de internato, que dava assistência a crianças desvalidas, com idade entre 10 e 17 anos, na província paraense. Além disso, a Companhia também oferecia o ensino de primeiras letras com ensino profissional – formação militar e naval, educação religiosa, musical, moradia, alimentação, roupa lavada e engomada, assistência médica e o recebimento de pecúlio, que era efetuado ao final do processo formativo, dentro de um estabelecimento militar.

Além do prédio, sediado no Arsenal da Marinha, a instituição contava com o navio escola, que funcionava como “seção filial”, conforme previsto no artigo 12, do Regulamento, que dispunha sobre a aquisição de uma “Embarcação de Guerra para servir de Escola [...] igualmente como Quartel” (BRASIL, 1855, s.p.). Tal aquartelamento, fosse em terra ou no navio escola, possuía o propósito de adaptação dos meninos à vida no mar e à disciplinarização militar no cotidiano da instituição.

O ensino elementar, de primeiras letras, era fundamental, juntamente com a oferta da sua principal finalidade, formação profissional – instrução militar e náutica –, cuja organização era instituída pelo Regulamento institucional (BRASIL, 1855). No aspecto da instrução militar, os aprendizes marinheiros aprendiam a “entrar em fôrma, perfilar, volver á direita e á esquerda, marchar a passo ordinario e dobrado, até á escola de pelotão; o manejo das armas brancas, a nomenclatura da palamenta¹¹, carreta e peças de artilharia, e o uso que tem cada

¹⁰ Foi uma das revoltas mais violentas do período Regencial. "A cabanagem procedeu-se na região conhecida como Grão-Pará, envolvendo a elite da região, lavradores, camponeses, negros, escravos, pequenos comerciantes e servos indígenas, os quais aproveitaram-se de uma crise política, presente entre os governantes da província e apropriaram-se da região" (MELO; SANTOS, 2020, p. 103320).

¹¹ Objetos pertencentes a embarcações menores, como remos, velas, mastros etc.



hum destes instrumentos” (BRASIL, 1855, s.p.), de modo que a formação era voltada para introdução do aprendiz no mundo da Armada.

A instrução náutica consistia na aprendizagem da “arte de Marinheiro, como fazer pinhas, costuras, alças, nós, coser panno, entralhar, &c., e, finalmente, aparelhar, e desaparelhar um Navio” (BRASIL, 1855, s.p.), além de exercitarem natação. Tal formação específica para a vida marítima compreendia boa parte do tempo de formação dos aprendizes marinheiros, com o navio escola para o desenvolvimento de tais atividades afins.

O ensino das primeiras letras desenvolvia habilidades para a escrita e leitura, além de “contar, riscar mappas, e a Doutrina Christã” (BRASIL, 1855, s.p.). Estas ministradas pelo Capelão ou “um praça” (oficial marinheiro), que serviam de “Mestre de Escola” (BRASIL, 1855, s.p.). Como componentes dos estudos menores das escolas de primeiras letras, preconizavam-se a arte de escrever, ler, as quatro operações de aritmética, catecismo e as regras de civilidade (SAVIANI, 2007). Houve casos registrados em que não foi completada a formação elementar na Companhia, e seguiram para o Corpo Central da Marinha

dous Aprendizes Marinheiros desta Companhia, sem sabererem ler nem escrever, e não me sendo possivel dar exato cumprimento á essa ordem, informando satisfatoriamente em consequencia de ter assumido o commando desta Companhia no mes de junho proximo passado , data posterior á remessa dos ditos Aprendizes Marinheiros, ordenei ap official de fasenda João Sebastião da Silva Lisboa, que exerce as funcções de professor de primeiras letras, que informasse a tal respeito e assim remetendo eu a V.S^a a informação que me dirigiu, julgo ter cumprido a ordem sua recebida.

Atestifica o official de fasenda em sua informação esse trata não só á falta de intelligencia dos dous Aprendizes Marinheiros, como tambem terem elles distrahidos para differentes serviços do Arsenal durante o tempo que prodenció applicar-se aos estudos, ao distaciamento que ficarão para bordo do brigue Maranhão durante oito meses e ao pouco tempo desta a bordo para funccionar as aulas (PARÁ, 1875, s.p., notação 41, grifo nosso).

A justificativa dada ao Corpo Central da Marinha era de que a falta de apreensão das habilidades de leitura e escrita devia-se ao fato de que, durante uma gestão interina, a Companhia tinha-se respaldado na formação náutica, com a prática desenvolvida no navio escola em detrimento das aulas de Primeiras Letras. Nesse caso, o comandante afirmava que os aprendizes estavam distraídos com os exercícios práticos, como se eles pudessem direcionar sua formação na Instituição, já que, segundo o comandante/inspetor da CAMPA, os dois aprendizes apontados eram “desprovidos de inteligência”.

Podemos ainda acionar o que o Regulamento (BRASIL, 1855) inferia sobre o que ocorria no dia a dia da formação dos aprendizes na CAMPA. Nos artigos 21 e 22 do referido Regulamento, estava prescrito que, após um ano de aquartelamento no prédio do Arsenal,



apenas 20 aprendizes, por vez, seriam liberados para a realização de viagens e cruzeiros; e seriam aqueles que fossem adiantados na formação e tivessem boa constituição física, algo que evidencia disposição que não foi seguida neste episódio mencionado.

Ainda sobre o ofício do Quartel, o comandante apresentou crítica ao

Capitão Tenente Marcondes José de Araujo, que então commandava interinamente esta Companhia. Creio, que máo systema, até então seguido nesta Companhia, de terem os Aprendizes Marinheiros aquartelamento abordo do Hiate Rio Formoso, onde nada podem aproveitar, por que não havendo ali as maior necessarias a instrucção de que carecem, precisam vir ao Arsenal para os differentes exercicios, cessará logo que prompto o dito Hiate sejam transportados para seo bordo todos os meios necessarios para ali estabelecer-se o ensino de que precisem, Aprendizes Marinheiros (PARÁ, 1875, s.p., notação 41).

A crítica tecida era de que a formação náutica demandava mais espaço na formação dos aprendizes marinheiros do que o próprio ensino primário, principalmente pela logística de mudança de ambiente, no prédio do Arsenal, a bordo do navio escola e demais embarcações. Ainda sobre tal situação, o Oficial da Fazenda, João Sebastião da Silva Lisboa, que nesta ocasião lecionava na CAMPA, relatou em ofício que

Os Aprendises Marinheiros que foram ultimamente recolhidos a Corte sem saberem ler nem escrever são, João Theodoro e João Soares D'Almeida, e as rasões de não ter eu podido obter que elles fossem promptos dos rudimentos escolares, são os seguintes: estes dous Aprendises apesar de terem atados de uma intelligencia bastante acanhada todavia empreguei como me cumpria os meios ao meu alcance a consegui satisfazer o dever que a lei me impõe, mas sempre via os meus esforços baldados, não só pela má vontade que nelles encontrava, a ponto de nenhum caso já fossem dos castigos que na escola se lhes impunha como porque sendo o tempo designado para licionar bastante curto, das 9 horas e meia da manhã ao meio dia, bem pouco e são os dias em que estes dous aprendizes frequentaram a escola, visto como, alem de se acharem quaze sempre por ordens superiores empregados em serviços que os afastaram da escola como fossem tripular escalares do Arsenal, em appllicação da caza do aparelho, em amarração de embarcações pertencentes ao Arsenal (PARÁ, 1875, s.p., notação 41).

Da mesma forma, o Oficial de Fazenda – na condição de professor – enfatizou dois pontos apresentados pelo inspetor do Arsenal sobre os aprendizes, inteligência acanhada e a ocupação nas tarefas do Arsenal. Também elaborou uma justificativa sobre a insuficiência do tempo destinado ao ensino primário na Companhia. Ademais, abordou a situação de João Theodoro¹² e João Soares D'Almeida, os dois aprendizes marinheiros que estavam a bordo do Brigue Maranhão em missão, contando que se encontravam na província do Maranhão no período de outubro de 1868 a junho de 1869; tempo este de ausência dos aprendizes, de modo que

¹² Este menino foi alistado e considerado apto para a CAMPA em 1867 (JORNAL DO PARÁ, 1867).



poderiam ser “empregados os meios precisos para elles faser comprehender a leitura (PARÁ, 1875, s.p., notação 41).

Percebe-se que a referida missão em outra província demandou 8 meses, com um tempo de ausência das aulas de leitura e escrita que impactou o empenho dos mesmos aprendizes neste aspecto da educação. Além disso, ele tece uma crítica ao Capelão do Arsenal, o qual era responsável pela instrução dos meninos, quando este despreza sua incumbência e, por conseguinte, ela recai sobre outro funcionário do Arsenal, já que tal atribuição – atuação como professor – era um “espinhoso cargo”. Esse ocorrido foi relatado em 10 de julho de 1870, e em 25 do referido mês, foi comunicado que o oficial de fazenda na função de professor de primeiras letras abdicou de “continuar n’esse exercicio, em consequencia de seu estado de saude não permittir, que com a assiduidade precisa possa desempenhar n’esse magisterio os seus deveres como fora de desejar, e, sendo de urgente necessidade que esse lugar seja prehemchido” (PARÁ, 1875, s.p., notação 41).

O processo de formação dos aprendizes marinheiros se dava nestas inconstâncias referentes à ocupação do cargo de professor de primeiras letras na CAMPA. Além disso, a gratificação mensal ao ocupante da função (capelão/praça/oficial) era de 10 mil réis mensais (BRASIL, 1855). A frequência de substituição neste cargo era intensa, pois os comandantes e inspetores sinalizavam que a vaga de professor/mestre estava ociosa na CAMPA (PARÁ, 1875, s.p., notação 41).

Identificação de cor: um perfil coletivo de crianças “de cor” recrutadas na CAMPA

No Brasil, após a independência, foram demasiadamente acentuadas as “práticas legais baseadas em distinções de cor e de raça, mas também pela presença demograficamente expressiva, e mesmo majoritária, de negros e mestiços livres, antes da Abolição” (CASTRO, 2013, p. 31). Esse processo resultou nos debates sobre as questões raciais e instrução nos censos populacionais do século XIX. Durante o Império,

A classificação de raça/cor preta foi utilizada para designar pessoas africanas, negras e crioulas. A denominação “parda” caracterizava o cruzamento da raça africana com outras raças. Já a designação cabocla deveria ser compreendida como raça indígena ou, ainda, como a mistura entre brancos e indígenas (GOUVÊA; XAVIER, 2013, p. 105).

As nuances de classificação de cor e raça remetem ao processo de mestiçagem, que representava uma forma de relativização quanto à origem do cativo e constituição



da população brasileira, inclusive na província do Grão-Pará. De acordo com o Censo imperial (BRASIL, 1872), a população paraense se caracterizava pela condição “livre ou escrava”, sendo a primeira condição distribuída pela cor/raça branca, parda, preta e cabocla, e os inseridos na segunda condição, identificados como pardos e pretos; ambas as condições totalizavam mais de 275 mil habitantes. Deste contingente populacional, se englobarmos todos os descritos como caboclos, pardos e pretos, em ambas as condições, chegamos ao percentual de 66,35% de uma população “de cor” no Pará.

Considerando que o referido Censo apresentou inúmeras dificuldades e problemas, como o estigma racial de uma sociedade ainda imersa em escravidão, cuja declaração era realizada pelo chefe de família, que se referia a si e aos familiares como brancos quando eram pardos, ou como pardos quando eram pretos. Outras questões “foram a falta de resposta de algumas poucas paróquias, que nunca devolveram os formulários, e a impossibilidade de recensear certos povos indígenas e ribeirinhos que viviam nas matas do Amazonas e do Pará, que precisaram ser estimados” (BRASIL, 2022, s.p.). Assim, se considerarmos as implicações mencionadas, o levantamento dos paraenses englobaria mais sujeitos de cor, já que estes que foram negligenciados e compreendidos por estimativa fora da realidade, o que nos leva a presumir que esta população era significativamente maior do que foi contabilizada em 1872.

Sobre esta perspectiva, o intelectual paraense Vicente Salles (1971) abordou a dificuldade de estudos referentes à divisão e classificação da população amazônica segundo suas características étnicas, pois o que era apresentado era genérico e marcado por ambiguidades. Ademais, no século XIX, Antônio Ladislau Monteiro Baena¹³ levava em consideração a heterogeneidade da população no Pará, que era “mesclada de homens brancos, de pretos, de indianos, de pardos, de mameluco, de curibocas, e de cafuzos” (BAENA, 2004, p. 21-22).

Atentando-nos a essa descrição complexa sobre o processo de mestiçagem da população de cor, teremos o conceito de mestiçagem sob distintos ângulos – discursivo/ideológico, experiencial/subjetivo, e epistêmico – que, na prática, são indissociáveis. Por esse motivo, “A mestiçagem, como categoria analítica, é provavelmente o primeiro conceito a articular o sentimento de dialética, ou dualidade estrutural, da história brasileira” (MERLO, 2023, p. 114). Logo, este mestiço “não é o branco nem o não-branco, o negro nem o não-negro, o indígena nem o não-indígena; ele é ambos e nenhum” (MERLO, 2023, p. 115). Em síntese, a mestiçagem como processo que define o Brasil em algo indefinido.

¹³ Antônio Ladislau Monteiro Baena (Lisboa, 1782-1850) foi militar, geógrafo e historiador português. Escreveu o Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, em 1839.



Essa perspectiva chegava à Marinha durante o Império brasileiro, cujo contingente contava com uma

tripulação majoritariamente estrangeira e branca, especialmente europeia, para encetar sua participação no Atlântico. Aos poucos, no continente, foram recrutados homens mestiços, pretos, caboclos e brancos. A face escura marítima dos brasileiros também informou ao mundo a nossa condição mestiça, negra e indígena, vista como inferior em um tempo em que as teorias racistas brotavam em todas as margens dos oceanos (JEHA, 2011, p. 146).

As características da tripulação nos navios das primeiras décadas da Armada Nacional mantiveram a tradição de “tripulações miseráveis, multinacionais, multiétnicas e multirregionais das marinhas europeias” (JEHA, 2011, p. 30). Entretanto, as Companhias de Aprendizes Marinheiros fixadas pelo litoral do país oficializaram o recrutamento de meninos em “tenra idade” como processo de formação naval para constituição de sua tripulação.

Na província do Pará, as crianças recrutadas na CAMPA também apresentavam aspectos multirraciais e heterogêneos em seu interior. Os dados encontrados são os seguintes:

Quadro 1 - Classificação de crianças “de cor” da CAMPA (1870-1877)

COR	Nº DE IDENTIFICADOS	PORCENTAGEM (%)
Cabocla	78	66,1%
Parda	9	7,6%
Preta	9	7,6%
Carafuz/a	9	7,6%
Morena	9	7,6%
Fula	2	1,7%
Branco moreno	2	1,7%
Total	118	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas fontes do Arquivo público do Estado do Pará e Arquivo da Marinha.

Tendo em vista os dados apresentados no Quadro 1, o que chama nossa atenção é o quantitativo de meninos identificados como caboclos, em detrimento das demais nomenclaturas utilizadas na documentação, que posicionaram em segundo lugar um volume total de 36 aprendizes marinheiros descritos com cor parda, preta, carafuz e morena, correspondendo a 30,6% de nuances na classificação. Fica explícita a diversidade nas denominações que correspondiam à cor dos meninos nos registros, refletindo a dificuldade



de classificá-los, pois determinadas fontes sinalizavam o uso do registro caboclo sendo substituído por carafuz¹⁴ no Livro de Socorros e Ofícios dos comandantes da CAMPA.

Essa complexidade nos leva a um questionamento acerca de como a expressão “de cor” foi utilizada pela Marinha brasileira durante o século XIX (JEHA, 2011), sobretudo, na classificação de recrutas nacionais e estrangeiros, ao mesmo tempo em que a referência “de cor” recaiu mais usualmente sobre os nacionais denominados de caboclos, pretos e pardos. Quando tais membros da tripulação eram declarados como caboclos, termo inserido no registro “cor”, confirmava-se que tinham a

procedência indígena, que facilmente poderia ser classificado de pardo na Marinha. Ao longo dos séculos XIX e XX, chamar uma grande parte dos afro-descendentes, assim como indígenas e seus descendentes de pardos foi uma tendência crescente. Se, por um lado, escravos pretos poderiam tornar-se pardos quando libertos, indígenas eram transformados em pardos, para serem escravizados, ou caboclos, para serem incorporados à sociedade nacional (JEHA, 2011, p. 156-157).

A origem indígena na composição das Forças Armadas, principalmente dos reconhecidos neste universo de caboclos, era uma tradição colonial das Américas durante o século XIX, a qual “consistia em que o recrutamento estava na agenda do processo civilizatório. A inserção dos índios na ‘sociedade nacional’ podia e devia ser feita por meio do trabalho” (JEHA, 2011, p. 159). Essa corporação era provida pelas províncias de São Paulo, do Pará e do Espírito Santo, pois possuíam “grande contingente de índios e seus descendentes fazendo todo tipo de trabalho, às vezes remunerados, às vezes, compulsório e, às vezes, escravo” (JEHA, 2011, p. 159). Tal fato se confirma pelo fato da maioria de aprendizes marinheiros terem origem cabocla nos registros da CAMPA, juntamente com os pardos e pretos. Entretanto, a partir da subclassificação das crianças recrutadas na Instituição – como é o caso do aparecimento de outros termos, como carafuz, moreno, fula¹⁵ e branco moreno –, bem como de menções do Ministro da Marinha sobre o Pará, percebemos como essa província foi a que mais designou recrutas à Marinha, bem antes da instalação de uma companhia (BRASIL, 1853, p. 12).

Segundo Castro (2013, p. 42), “todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre que trouxesse a marca de sua ascendência africana”, o que configura a qualificação de pardo como uma dupla classificação,

¹⁴ Termo usado na província do Pará para mestiço de preto e indígena, o mesmo que cafuzo (SALLES, 1971).

¹⁵ Ivana Lima afirma que o “termo poderia designar africanos originários da Guiné, ‘de cabelos encarapinhados e de cor mais ou menos baça’, ou ainda, no uso brasileiro, o ‘mestiço de negro e mulato, pardo’” (LIMA, 2003, p. 124).



racial e social. A palavra pardo é polissêmica e “poderia significar negro forro, indígenas e mestiços de variadas origens” (JEHA, 2011, p. 152), bem como também incluía outros mestiços, a saber: “morenos, pardos-escuros, pardos-claros, pardos-brancos, escuros, cabras, cafuzos, trigos, trigueiros, ‘quase preto’, ‘quase branco’” (JEHA, 2011, p. 152). Por si só, essa articulação configurava possibilidades ao sujeito intitulado “pardo”, com a pretensão de distanciamento da condição social de cativo, diferentemente do que ocorreria com pretos e negros.

Para além da cor, havia outros elementos constituintes da identificação dos aprendizes marinheiros. Ao fazermos uma análise das descrições dos meninos “de cor”, temos que

cabelo preto indica predominância de origem indígena. Explico: em relação ao “cabelo” todos os caboclos os têm preto, com exceção de alguns que têm cabelo corredio ou liso. Por sua vez, todos os homens pretos têm cabelos grenhos ou carapinhas. E, finalmente, os pardos têm cabelos carapinhos, grenhos e pretos, e os morenos, em geral, têm cabelos pretos (JEHA, 2011, p. 157).

Na CAMPA, os cabelos de todos os caboclos eram descritos predominantemente como corredios¹⁶, ou seja, lisos, salvo os termos crespos¹⁷, “próprios”, crespos-pretos, castanhos e ruivos. Nota-se uma diversidade de texturas e cores dos cabelos dos meninos tidos como caboclos. Os meninos pretos tinham os cabelos descritos como crespos, carapinhas¹⁸ e “próprios”; os pardos tinham os cabelos descritos com bastante diversificação, variando entre carapinhas, lisos, “próprios”, crespo, “anelo”/anelado¹⁹ e grenho; já os cabelos dos “carafuzos” recebiam denominação como “próprios”, carapinhas, corredio, crespo, preto e liso; os “morenos” tinham os cabelos descritos como corredios e lisos; os aprendizes considerados de cor “brancos morenos” tinham os cabelos descritos como pretos; e finalmente, os “fula” tinham cabelos descritos como crespo e carapinha.

Em referência aos parâmetros relativos aos tipos de cabelos de marujos e marinheiros, Jeha (2011) explica que havia uma grande distinção entre os meninos paraenses, possivelmente, pela presença da mistura étnico-racial, predominantemente entre indígenas, descendentes africanos e brancos. O que se observa, em síntese, é como as características de cabelo estão intrinsecamente atreladas à descrição de cor, além da complexidade registrada em distintos documentos correspondentes ao século XIX.

¹⁶ Corredio, sinônimo de liso, não encrespado, desembaraçado.

¹⁷ Crespos são os cabelos que têm os fios que crescem em forma espiral, mas uma espiral com a curvatura mais larga.

¹⁸ Carapinha (ou encarapinhado) seria o cabelo um pouco menos crespo, com os fios podendo variar entre espessura fina, média ou grossa.

¹⁹ Cabelo no formato de conhecemos, hoje, como cacheado, ondulado.



Um outro aspecto importante a se mencionar na construção do perfil dos meninos “de cor” é a faixa etária a que eles pertenciam ao serem recrutados/admitidos na CAMPA.

Quadro 2 - Faixa etária de meninos “de cor”

FAIXA ETÁRIA	Nº DE MENINOS	PORCENTAGEM (%)
- de 10 anos	10	8,47%
10 a 13 anos	76	64,40%
14 a 17 anos	31	26,27%
+ de 17 anos	-	-
Não declarada	01	0,84%

Fonte: Elaborado pelos autores.

O contingente de aprendizes marinheiros analisados compreendia, majoritariamente, 64,40% do público-alvo no interior da Companhia, com a faixa etária de 10 a 13 anos; meninos de 14 a 17 anos representavam apenas 26,27%, conforme o Regulamento da Instituição estabelecia (BRASIL, 1855). Além disso, o documento determinava a admissão de meninos menores de 10 anos somente nos casos de estes apresentarem boa saúde e condição física.

Por muito tempo, a profissão naval requeria uma mentalidade de artesão (ELIAS, 2006) para o comando das embarcações, o que direcionava a iniciação da tripulação desde a tenra idade para a

vida no mar poderiam esperar dominar essa técnica. “Recrutá-los jovens” era um conhecido lema na antiga Marinha. Era normal que um jovem começasse sua futura carreira de oficial naval aos 9 ou 10 anos diretamente a bordo. [...] teria que se acostumar ao balanço do mar e superar o enjôo o mais rapidamente possível, mas também porque a arte de amarrar e dar nós em cordas, a maneira correta de subir ao mastro - segurando o ovém e não a enfechadura - e várias outras operações mais complicadas somente poderiam ser aprendidas com uma longa prática e exaustiva. Para se conhecer as embarcações a vela, tinha-se que trabalhar, ao menos por um tempo, com as próprias mãos (ELIAS, 2006, p. 91-92).

Nobert Elias também enfatiza como os “Marinheiros experientes, por sua vez, que aprenderam seu ofício da única forma possível, começando cedo como aprendizes, não eram considerados *gentleman*²⁰” (ELIAS, 2006, p. 93). Por consequência, essa distinção era oriunda do *status* social; isto é, se este fosse de origem humilde, era destinado ao rígido

²⁰ De significado social muito restrito, durante os séculos XVII e XVIII: “Tratava-se, durante o período de formação da profissão naval, da marca distintiva dos homens da classe altas e algumas porções das classes médias, uma designação que o diferenciava do restante do povo (ELIAS, 2006, p. 92).



e duro treinamento desde cedo para marujo profissional, enquanto os de origem nobre ou próximos da Corte realizavam eventuais e poucos trabalhos como voluntários, logo conseguindo uma recomendação e sendo promovidos a tenente (ELIAS, 2006).

Em relação aos parentescos/filiações, foi possível detectar nos documentos a existência de um número significativo de registros que contavam apenas com o nome do pai, equivalente a 62,7%, o que pode indicar um apagamento da presença, ou decisão, da mãe no recrutamento do filho. Em apenas 20 casos, que correspondem a 16,9% de registros, havia o nome do pai e da mãe. Em um deles, do aprendiz-marinheiro Bento Francisco Cardoso, mencionava-se que a mãe já era falecida. As situações de pais incógnitos e os não declarados correspondem conjuntamente a 10 casos, que, somados, representavam 8,5%.

Podemos inferir que a presença masculina no registro se deu pela posse da tutela dos meninos desvalidos no período escravista e pela possibilidade de recebimento do prêmio de 100 mil réis por cada criança recrutada e alistada na CAMPA, tal qual estipulado em Regulamento (BRASIL, 1855), o que ocasionou uma corrida para sequestro de crianças de suas famílias.

Sobre a origem geográfica dos meninos da CAMPA, constatamos que a maioria era descrita como paraense (99,15%), ao passo que em alguns registros de origem constavam as localidades de nascimento²¹. Somente um aprendiz-marinheiro alistado na CAMPA, Manoel Pereira de Souza, caboclo, era proveniente da província do Ceará.

Considerações finais

À guisa de conclusão, podemos afirmar que a perspectiva adotada por este artigo ao investigar de modo indiciário os processos de formação dos aprendizes marinheiros, especialmente das crianças “de cor” recrutadas, ajuda a navegar na contramão do uso tradicional da história. Esse gesto dialoga ainda com a proposta original do método prosopográfico, que era lidar com os grupos de elites políticas, de categorias de alto status. Desse modo, debruçamo-nos sobre os sujeitos-alvo da ação educativa de classes baixas, ditas como “minorias”. Por contemplamos tal grupo social, deparamos com a dificuldade de encontrar documentos sobre seu passado antes do ingresso na instituição, durante e depois da formação já no Rio de Janeiro no que concerne ao destino de suas vidas.

Ainda assim, conseguimos identificar um perfil coletivo do grupo social selecionado para tal estudo, que era de crianças “de cor”, majoritariamente, como caboclas e demais

²¹ Rio Capim, Guamá, Anabijú, Óbidos, vila Franca, Porto de Mós, Ilha de Curuá, Vigia, Cametá, Santarém, Monte Alegre, Macapá, Bragança, Gurupá, Marajó (PARÁ, 1875).



nuances descritas de cores/raças, diluídas entre pardas, pretas carafuzas e morenas. A faixa etária dessas crianças estava entre 10 e 13 anos; assim, desde cedo, eram inseridas no ofício, para que pudessem se tornar marinheiros habilidosos e experientes. Outro fato intrigante está relacionado ao parentesco dos meninos alistados, com um número expressivo nos registros com o nome do pai somente e indicação de que eram naturais da província do Pará.

Em suma, mesmo que a CAMPA tenha ofertado o ensino de primeiras letras com ensino profissional, com a formação militar e naval, esse processo de formação educativa dos aprendizes marinheiros apresentou rupturas em seu desenvolvimento como projeto de civilização pela instrução. Isso se dava porque, em certas ocasiões, a prioridade não era o ensino elementar, pela ausência de professores e mestres para determinadas atividades educativas, e pela negligência do tempo destinado ao programa educacional proposto pela instituição em detrimento da já aligeirada formação. Além disso, as crianças “de cor” inseridas nesta formação educativa e profissional, algumas foram destinadas ao Rio de Janeiro, para o Corpo dos Imperiais da Marinha, uma porcentagem destas foi considerada “indivíduos indisciplinados”, principalmente, pela ação de resistência em deserções da CAMPA. Esse espaço educativo e corretivo foi palco dessas reações, durante o período aqui analisado.

Referências

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BARROS, José Costa D' Assunção. **A Fonte Histórica e seu lugar de produção**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

BEMVINDO, Vitor. “Escovar a história a contrapelo”: contribuições de Walter Benjamin para a concepção dialética da história. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 18, n. 35, p. 20-37, jan. 2020.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Relatório do Ministério da Marinha**. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 1834.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Relatório do Ministério da Marinha**. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 1853.

BRASIL. **Recenseamento Geral do Imperio em 1872**. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1872.

BRASIL. Decreto nº 1.517, de 4 de janeiro de 1855. **Crêa huma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Provincia do Pará**, e manda observar o Regulamento respectivo. Rio de Janeiro: Governo Imperial, 1855.



BRASIL. Senado Federal. 1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/3uryndf5>. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Grumete. [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdebsjst>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CASTRO, Hebe Maria Mattos Gomes de. História Social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Hebe Maria Mattos Gomes de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

ELIAS, Nobert. **Escritos & Ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FREIRE, Tarantini Pereira. **Militarização infantil e controle social no Maranhão provincial: em busca de pequenos marinheiros para a Armada (1870-1900)**. 2014. 142 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria Cristina; XAVIER, Ana Paula. Retratos do Brasil: Raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 99-120, jan./mar. 2013.

JEHA, Silvana Cassab. **A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c.1822-c.1854**. 2011. 242 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

JORNAL DO PARÁ. Offícios. Jornal do Pará, Belém, n. 107, ano V, p. 2, 10 fev. 1867.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Solyane Silveira. A formação do marinheiro e a educação na escola primária em Sergipe (século XIX). In: AMORIM, S. S.; NASCIMENTO, E. F. V. B. C. (Org.). **Panorama da Instrução Primária no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 273-290.

LINS, Mônica Regina Ferreira. **Viveiros de homens do mar: Escolas de Aprendizes-Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910)**. 2012. 284 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos: histórias das instituições**. Bragança Paulista: Editora Universitária de São Francisco, 2004.



MELO, Maria de Nazaré Santos; SANTOS, Maysa Leite Serra dos. Cabanagem: A história vivenciada na região do Grão-Pará. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 103318-103333, dez. 2021.

MERLO, Hugo. A mestiçagem como conceito histórico: Uma descrição teórica. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 100–119, 2023.

MOREIRA, Luis Felipe Viel. A Guerra do Paraguai. Memórias e experiências de oficiais da Marinha Brasileira do Império à República Positivista. **Diálogos**, San José, v. 20, n. 1, p. 130-153, jan./jun. 2019.

PARÁ. Arquivo Público do Estado do Pará. **Ofícios dos Comandantes da Companhia de Aprendizes Marinheiros: 1870-1875**. Belém: [s. n.], 1875. Fundo: Arsenal da Marinha. Área: Guerra, Notações: 41, 50, 91.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971.

SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. **A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial**. 2016. 226 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. **“Desde a tenra idade” a serviço da Armada Imperial: estado, subalternidade e recrutamento de menores na segunda metade do século XIX**. 2022. 209 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. **A prática educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874 a 1915)**. 2017. 220 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

SILVA, Valdir Bastos da. **A companhia de aprendizes marinheiros do Pará: recrutamento, cotidiano, deserção: segunda metade do século XIX**. 2020. 199 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

Recebido em: 01/12/2023

Aceito em: 21/10/2024